

Economia

A reclassificação da dívida brasileira volta a ser discutida nos EUA. Mas a decisão pode ser adiada, pois não interessa a Washington atrapalhar agora o governo Collor.

61 T

Entendimento político na questão da dívida

Uma comissão do governo norte-americano, encarregada da classificação dos ativos internacionais das instituições financeiras, iniciou ontem o ritual que repete quatro vezes por ano para avaliar o risco dos bancos no Brasil e em cerca de vinte outros países fortemente endividados. A decisão da comissão será comunicada aos bancos credores dentro de aproximadamente três semanas, por carta.

Fontes familiarizadas com o tema indicaram, no entanto, que consideram improvável um rebaixamento da classificação dos empréstimos de longo prazo ao setor público brasileiro (cerca de US\$ 17 bilhões) da categoria "substandard" para a categoria "valor prejudicado". "As decisões do ICERC perderam a relevância a partir do momento em que se adotou uma estratégia que enfatiza a redução da dívida", afirmou um funcionário norte-americano, referindo-se às iniciais do nome da comissão, a Interagency Country Exposure Risk Committee.

Os credores usaram a possibilidade da reclassificação nas últimas semanas, sem sucesso, para tentar arrancar um pagamento de juros de Brasília.

Uma eventual reclassificação é tecnicamente possível, porque o Brasil suspendeu o pagamento dos juros da dívida a bancos no ano passado. Mas, segundo fontes bem informadas, o rebaixamento dos ativos brasileiros, que obrigaria os bancos a criar uma reserva específica contra seus empréstimos para o País, não daria solidez

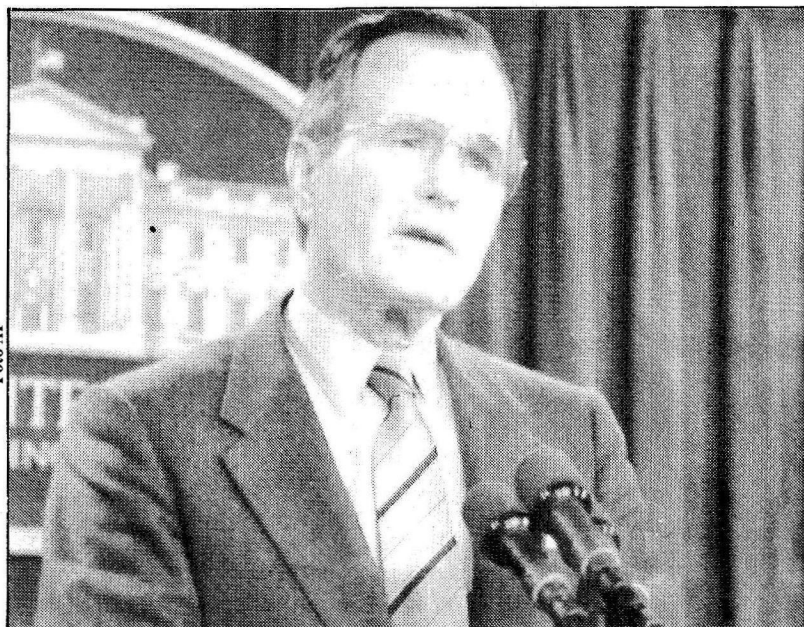


Foto AP

Bush não quer criar problemas para Collor

ao sistema bancário do país (pois os bancos já estão bem aprovionados de reservas) nem melhoraria as chances para a normalização das relações do Brasil com seus credores.

Pelo contrário, a reclassificação seria interpretada como um voto de desconfiança de Washington na política econômica do presidente Collor, um passo que o governo Bush não parece prestes a tomar. Em sua última reunião, em março, a comissão não considerou o caso brasileiro em consideração à proximidade da posse de Collor.

Agora, o interesse político de Washington e Brasília em evitar a reclassificação neste momento deixa margem a um entendimento entre os dois governos.

Paulo Sotero, de Washington



Sérgio Borges/AE

Jório Dauster: "um tiro no próprio pé".

EUA-México: vem aí o livre comércio.

Gortari anunciaram a decisão após um jantar na noite do domingo, na Casa Branca.

A decisão americana de entrar num ALC com o México representa um importante gesto de apoio político de Bush ao presidente mexicano, em cujo sucesso econômico Washington tem um óbvio interesse. Todos os anos, cerca de 2 milhões de mexicanos tentam entrar ilegalmente nos EUA, fugindo às duras condições de vida em seu país. São 3 mil quilômetros de fronteiras.

Salinas, que no ano passado havia rejeitado a ideia de um ALC com os EUA, mudou de posição depois de viajar no início do ano

para a Europa e verificar que a redemocratização da Europa do Leste havia criado uma nova área de competição pelo interesse político e econômico dos países industrializados.

Perguntado ontem sobre as objeções já levantadas no Congresso e no movimento sindical americano, que temem que um ALC com o México leve empresas americanas a instalar-se no país vizinho em busca de mão-de-obra mais barata, Salinas respondeu: "Eles têm que decidir se querem que o México exporte produtos ou imigrantes para os Estados Unidos".

Paulo Sotero, de Washington

Para o Brasil, reclassificação é uma decisão "prematura".

O virtual rebaixamento dos débitos brasileiros junto aos bancos norte-americanos foi classificado ontem como prematuro pelo negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster. "Ao rebaixarem créditos brasileiros neste momento, estarão dando um tiro no próprio pé", comentou Jório Dauster.

O embaixador entende que o governo norte-americano deveria esperar o reinício das negociações antes de reclassificar a dívida brasileira. Lembrou que, a retomada das discussões não está longe. No final deste mês, recomeçarão os contatos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e no segundo semestre será a vez dos bancos credores.

Assessores da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, acham que se o rebaixamento realmente ocorrer, a negociação com os bancos deverá ficar mais difícil. A medida fará com que os bancos fiquem menos flexíveis e tentem obter mais vantagens do Brasil, já que a reclassificação resultará em prejuízos.